

JESÚS CAÑAS MURILLO ∞ Fco. JAVIER GRANDE QUEJIGO ∞ JOSÉ ROSO DÍAZ  
∞  
(EDS.)

# MEDIEVALISMO EN EXTREMADURA

Estudios sobre Literatura y Cultura  
Hispánicas de la Edad Media



---

# Medievalismo en Extremadura

Estudios sobre Literatura y Cultura Hispánicas  
de la Edad Media



---

Jesús Cañas Murillo  
Fco. Javier Grande Quejigo  
José Roso Díaz (Eds.)

Medievalismo en Extremadura  
Estudios sobre Literatura y Cultura Hispánicas  
de la Edad Media

UNIVERSIDAD  DE EXTREMADURA



Cáceres  
2009

MEDIEVALISMO en Extremadura : Estudios sobre Literatura y Cultura Hispánicas de la Edad Media / Jesús Cañas Murillo, Fco. Javier Grande Quejigo, José Roso Díaz (Eds.). — Cáceres : Universidad de Extremadura, Servicio de Publicaciones, 2009

XXII, 1310 pp. ; 17 × 24 cm.

ISBN 978-84-7723-879-9

1. Literatura medieval-historia y crítica. I. Cañas Murillo, Jesús (Ed.). II. Grande Quejigo, Javier (Ed.). III. Roso Díaz, José (Ed.). IV. Título. V. Universidad de Extremadura, Servicio de Publicaciones, ed.

82.09"04/15"

Cualquier forma de reproducción, distribución, comunicación pública o transformación de esta obra sólo puede ser realizada con la autorización de sus titulares, salvo excepción prevista por la ley. Diríjase a CEDRO (Centro Español de Derechos Reprográficos, [www.cedro.org](http://www.cedro.org)) si necesita fotocopiar o escanear algún fragmento de esta obra.



© Jesús Cañas Murillo, Fco. Javier Grande Quejigo y José Roso Díaz, de la edición, 2009

© De los autores, 2009

© Universidad de Extremadura-Grupo "Barrantes Moñino", para esta 1.<sup>a</sup> edición, 2009

Ilustraciones de cubierta: miniaturas de cancioneros del siglo XIII (Biblioteca Vaticana y Biblioteca Nacional de Francia) recogidas en el libro de Martín de Riquer, *Vidas y retratos de trovadores. Textos y miniaturas del siglo XIII*. Barcelona, Círculo de Lectores-Galaxia Gutenberg, 1995.

Edita:

Universidad de Extremadura. Servicio de Publicaciones

Plaza de Caldereros, 2. 10071 Cáceres (España)

Tel. (927) 257 041; Fax (927) 257 046

E-mail: [publicac@unex.es](mailto:publicac@unex.es)

<http://www.unex.es/publicaciones>

I.S.B.N.: 978-84-7723-879-9

Depósito Legal: M-52.674-2009

Impreso en España - *Printed in Spain*

*Impresión:* Dosgraphic, s. l.

# A NARRATIVA DA VIDA E MILAGRES DA RAINHA SANTA ISABEL: TESTEMUNHOS E EDIÇÕES

Isabel Rosa Dias  
*Universidade do Algarve*

Pouco tempo depois da morte de D. Isabel, ocorrida a 4 de Julho de 1336, teve início a escrita da história da sua vida e milagres, por alguém que acompanhou de perto a rainha e que conhecia bem, quer as rotinas do discurso hagiográfico, quer os modelos que do ponto de vista espiritual inspirariam a construção da sua figura, como sejam as *vitae* de Santa Clara e de Santa Isabel de Hungria. A narrativa faz eco das qualidades morais de D. Isabel e dos seus invulgares hábitos religiosos, mas mostra também a influência política que a rainha exerceu na negociação da paz doméstica e da paz ibérica e o poder económico de que usufruiu para financiar a construção do imponente Mosteiro de Santa Clara de Coimbra, onde foi sepultada, e para prover ao acabamento de mosteiros e hospitais que outros não puderam terminar.

É de crer que a narrativa biográfica original tivesse o título que as cópias posteriores foram reproduzindo, ou seja, Livro que fala da boa vida que fez a Rainha de Portugal, Dona Isabel, e de seus bons feitos e milagres em sa vida e depois da morte. Uma vez concluído o Livro, o Mosteiro de Santa Clara tê-lo-á guardado no seu cartório, passando assim a dispor de um importante e eficaz instrumento de promoção da santidade da rainha, tanto mais necessário quanto no mesmo espaço geográfico em que lhe era prestado culto sobressaía a devoção às relíquias dos cinco mártires de Marrocos, depositadas no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra.

O *Livro* original, escrito na primeira metade do séc. XIV, perdeu-se, como também se perderam as duas cópias do séc. XV, que sabemos terem existido. Restam-nos hoje cópias tardias, uma dos finais do século XVI, três do XVII (e também deste século uma tradução latina), as quais continuam a aguardar estudo e reflexão, com vista à sua melhor identificação e à compreensão do modo como se relacionam. Com efeito, apesar dos inúmeros estudos existentes sobre a rainha D. Isabel, poucos são os que se debruçam sobre a tradição textual da sua narrativa biográfica, mais vulgarmente conhecida como lenda de Santa Isabel. E mesmo estes últimos consideram apenas alguns testemunhos da tradição, por desconhecimento dos restantes. Assinalem-se, assim, os comentários sobre o manuscrito do séc. XVI feitos por Frederico Francisco de la Figanière (*Memórias das rainhas de Portugal. D. Theresa a Santa Isabel*, pp. 257-261), os apontamentos de António Vasconcelos sobre o mesmo manuscrito e sobre uma cópia do séc. XV que o estudioso ainda pôde consultar nos finais do séc. XIX (*Evolução do culto de D. Isabel de Aragão, esposa do rei-lavrador, dom*

*Dinis de Portugal [a rainha santa]*, pp. 3-16, 264-266, 285-286), as notas filológicas de José Joaquim Nunes, que numa parte significativa reproduzem informações dadas e conclusões tiradas pelos dois autores anteriores (*Vida e milagres de D. Isabel rainha de Portugal*, pp. 3-10), e finalmente as questões levantadas, há alguns anos atrás, acerca das relações entre algumas das cópias sobreviventes, por Maria Isabel Montes (*Vida e milagres de D. Isabel rainha de Portugal*, pp. 46-54). Salvaguardando a relevância dos contributos dados por estes autores, é notório que eles são no seu conjunto insuficientes para o conhecimento da tradição textual da lenda de Santa Isabel. É pois desta questão que em primeiro lugar aqui tratarei, consciente de que do exame e cotejo dos testemunhos sobreviventes e da averiguação da relação destes com os testemunhos perdidos resultarão por vezes incontornáveis dúvidas. A segunda parte deste estudo incidirá sobre as edições que desta narrativa se fizeram.

## 1. OS TESTEMUNHOS

O testemunho mais antigo sobrevivente foi escrito em 1592, pertenceu ao Mosteiro de Santa Clara de Coimbra e encontra-se hoje no Museu Nacional Machado de Castro (nº 2221), naquela cidade<sup>1</sup>. É um volume com 29 fólios escritos a letra gótica, no começo do qual se encontram 7 folhas em branco e, no fim, 8. A encadernação do volume é a original, de madeira coberta de couro, com ornamentos a ouro no centro e nas extremidades. Antes do texto (245 mm × 150 mm de caixa), encontram-se duas folhas de pergaminho coloridas: a primeira apresenta as armas de Portugal e de Aragão lado-a-lado no mesmo escudo, na base do qual está registada a data de 1592; a segunda mostra o retrato da rainha, em corpo inteiro, vestida com o hábito de Santa Clara. No primeiro fólio escrito, abaixo do título, escrito em letras redondas, o texto começa com uma grande inicial (a letra P) ornamentada e colorida. Nos restantes fólios, as capitais apresentam-se igualmente coloridas, alternadamente a azul e a vermelho, e por vezes ornamentadas. A apresentação do manuscrito é cuidada, embora existam algumas correcções nas entrelinhas e nas margens, feitas umas vezes pelo próprio copista e outras por uma segunda mão, talvez a mesma que ao lado do último parágrafo, na margem direita, escreveu a seguinte nota: *este capº não está no livro antigo*. Esta cópia de finais do séc. XVI mostra também vários erros de sintaxe e de lógica, que poderiam eventualmente ser atribuídos ao copista quinhentista não fosse o facto de eles figurarem igualmente num testemunho do séc. XVII que não usou como fonte o manuscrito de 1592, mas antes uma cópia antiga do séc. XV que se guardava no Mosteiro de Santa Clara de Coimbra, muito provavelmente a mesma que o copista do séc. XVI seguiu.

Ainda no final deste século, em resposta a pedido régio do ano de 1576, foi feita uma cópia do referido manuscrito do séc. XV, que foi enviada para Roma, conjuntamente com outros documentos, com a finalidade de ser instaurado o processo de canonização da rainha D. Isabel. Rodrigo Gomes, residente na Cúria romana, traduziu aquela cópia para latim. Estes textos (cópia e tradução) aparecem referidos no

---

<sup>1</sup> Testemunho referenciado em BITAGAP Manid 1432.

códice 193 da BN de Lisboa (intitulado *Summariium vitarum et miraculorum S. Martirum Marrochii, et S. Theotonii... et Reginae S. Elisabeth, in publica authentica forma scriptum*), que conserva uma cópia seiscentista da tradução de Rodrigo Gomes (fls. 111-185). Também o «*Commentarius praeuius*» da edição que os bolandistas fizeram da *Vita* de D. Isabel dá notícia da cópia e tradução atrás mencionadas.

No que diz respeito às cópias do séc. XVII, a mais antiga encontra-se na Biblioteca Nacional de Lisboa (cod. 8446). Ocupa 33 fólios (fóls. 1115-1179) de uma volumosa colectânea de textos reunidos para a reinstrução do processo de canonização da rainha D. Isabel. Foi feita para integrar este processo, a partir de um testemunho antigo, e foi revista e corrigida, no ano de 1612, por Tomé Nunes, cônego da Sé de Coimbra e notário apostólico, como este anotou no final da cópia.

Esta transmite o texto que se lê no manuscrito dos finais do séc. XVI, reproduzindo as suas múltiplas lições defeituosas. Não seria difícil, nesta medida, pensar numa relação de dependência entre as duas cópias. Até mesmo a diferença mais significativa entre elas, que é a omissão de algumas linhas na cópia do séc. XVII, para as quais foi deixado um espaço em branco, encontraria razoável justificação se se quisesse insistir na referida ideia de uma relação de dependência. É que, com efeito, àquela zona de texto omisso na cópia do séc. XVII corresponde, no manuscrito quinhentista, um trecho de redacção muito conturbada, com correcções e rasuras (uma correcção na margem esquerda, duas rasuras e um acrescento de texto na margem direita), cuja cópia, o copista seiscentista poderia ter optado por deixar para mais tarde, acabando no final por se esquecer de a fazer. Ora, o que desdiz esta possibilidade de relacionamento entre as referidas cópias é sobretudo a informação dada pelo notário Tomé Nunes no apontamento que pela sua mão escreveu no final da cópia seiscentista. Aí refere-se claramente à fonte desta que ele próprio manuseou no seu trabalho de revisão textual:

a qual vida da beata Rainha Santa Isabel, eu Thome Nunes conego meo prebendado na see catredal desta cidade de Coimbra notario apostolico e notario deste compulso fiz tresladar da propria que esta em hũ livro escrito de mão de letra gotica antiga em pergaminho escrito que se guarda no Cartorio do mosteiro de Santa Clara e estáá tido e avido por autentico e verdadeiro, e a que se dáá inteira féé e credito, e esta escrito em vinte e quatro meas folhas do dito pergaminho, cada hua' de quarto e com elle a que em todo e por todo me reporto e com Simão d' Almeida notario apostolico deputado para este compulso este treslado bem e fielmente concertei [...] em Coimbra aos sete dias do mês de Maio de mil e seis centos e doze anos. (fls. 1178-1179)

A descrição deste livro antigo não coincide com o que conhecemos do volume do séc. XVI, chegado até nós. Ela remete efectivamente para uma obra anterior que reencontramos descrita num outro documento também assinado por Tomé Nunes, pertencente à mesma colectânea da Biblioteca Nacional, em que se conserva a cópia seiscentista da vida de D. Isabel. Lê-se nesse documento o seguinte:

o qual livro estaua encadernado em pergaminho branco, e escrito tambem em pergaminho de quarto grande, e escrito em lingoage portuguesa antiga, e de letra tambem Antiga e tem vinte e quatro folhas todas escritas tirado a derradeira que não esta escrita

mais que meia pagina, e na primeira folha e principio do dito liuro esta hum titulo de letra vermelha que diz o seguinte –Liuro que fala da boa vida que fez a Rainha de portugal dona Isabel, e dos seus bons feitos, e milagres e em sa uida, e dipois da morte. (fls. 1098-1099)

Ainda a propósito do referido livro, num outro documento da mesma colectânea, assinado pelos bispos de Coimbra (D. Afonso de Castelo-Branco), de Leiria D. Martim Afonso Mexia) e pelo presbítero Dr. Francisco Vaz Pinto (juizes apostólicos na causa da canonização da rainha D. Isabel), podem ler-se as seguintes palavras:

Dizem os procuradores deputados per S. Magestade na causa e canonização da Beata Rainha dona Isabel que no Cartorio do Conuento de S. Clara se guarda com muita ueneração e respeito hũ livro muito antigo escrito de mão em purgaminho de linguagem portugueza que naquelles tempos se falaua, e tam uelho que em alguãs partes se não le bem em o qual se contem a uida e milagres da Beata Rainha que em sua uida e depois sua morte obrou Deus nosso Senhor por sua intercessão (fl. 1097).

Nos finais do séc. XIX, o académico de Coimbra, António Vasconcelos, que dedicou um extenso estudo (atrás citado) ao culto da Rainha D. Isabel, teve nas suas mãos um livro com características semelhantes, que lhe fora temporariamente emprestado pelo seu proprietário, José Gaspar da Graça Júnior, residente no Porto. A. Vasconcelos descreveu esse livro que teve o privilégio de consultar, e que desde então, apesar de algumas tentativas, mais ninguém pôde localizar. Não é contudo esta descrição dispersa por algumas notas da sua obra sobre D. Isabel que aqui reproduzo, mas a que a partir de apontamentos pessoais do autor, alguns deles não publicados (tanto quanto pude averiguar), elaborou José Joaquim Nunes. Esta última descrição pode ler-se na «Introdução» deste filólogo à sua edição da *Vida e Milagres de D. Isabel, Rainha de Portugal*:

o mais antigo é todo de pergaminho. Compõe-se êste –diz-nos o sr. Dr. Vasconcelos, que o viu e compulsou– de 24 fôlhas numeradas só na frente, em harmonia com o costume da época, as quais medem 0 m, 22 × 0 m, 18 e estão todas escritas, com excepção apenas de dois terços da primeira primeira página; os caracteres são góticos, sendo a letra inicial dos capítulos ornamentada e a cores, vermelha e azul alternadamente. «A divisão em capítulos corresponde inteiramente á divisão que Brandão faz em §§. No velho códice os capítulos são ainda subdivididos em §§, indicados por sinais escritos alternadamente com as duas cores mencionadas». Na folha de guarda no principio lê-se em caligrafia do século XVI a seguinte inscrição: *Pera memoria he bom também guardar-se com o novo este antigo pois he o proprio de que se ele tresladou e se acabou em dezembro de 1592 annos. [...]*

Vê-se, pois, que as deficiências que na cópia de Brandão se encontram, existiam já naquela donde ele tirou a sua «feita por escrevente pouco perito e cuidadoso, como provam os frequentes lapsos que nela se notam, alguns corrigidos ainda na mesma calligraphia gotica, mas por mão diferente, outros já em cursivo bem característico do seculo XV». (pp. 7-8)

Não restam, pois, dúvidas de que existiu no Mosteiro de Santa Clara um manuscrito do séc. XV, de escrita pouco cuidada, que serviu de fonte ao copista de 1592 e ao copista seiscentista da BN de Lisboa, donde a tão grande proximidade entre as duas

cópias. As raras divergências entre elas parecem revelar apenas diferentes leituras das mesmas seqüências paleográficas, como sublinha o exemplo seguinte:

*Ms. 1592:* Ante que os trinta dias acabassem do dia que o corpo da Rainha em aquel lugar soterrado veo áquel moimento huã molher da par de cõdeixa hu dizem sam fiinz, e lhe chamam Domingas *Dominguez*. (fl. 24v)

*Ms. BN Lisboa:* Ante que os trinta dias acabassem do dia que o corpo da Rainha em aquel logar soterrado veo áquel muymto hua' molher da par de Condeyxa hu dizem Sam fii's, e lhe chamam Domingas *Roiz*. (fl. 1165)

No primeiro caso, o copista escreveu as primeiras três letras do apelido *Dominguez* e riscou-as (ou alguém as riscou posteriormente). Depois, na margem esquerda, foi escrita, em letra cursiva, a palavra *Roiz*, como me parece, e por cima desta a palavra *Dominguez*. Seguramente que o copista (ou mais provavelmente um corrector tardio) hesitou na decifração da abreviatura que lhe apresentava o testemunho quatrocentista. Acabou por decidir-se por *Dominguez*, apelido que aliás aparece numa versão mais extensa do milagre que beneficiou Domingas Dominguez, e que se conserva na já mencionada colectânea da BN de Lisboa. No segundo caso, o copista também escreveu *Dom*, depois riscou estas três letras e por cima delas escreveu *Roiz*, com traço horizontal por cima em sinal de abreviatura. Este copista interpretou portanto as palavras que leu como sendo abreviatura de *Rodriguez*.

Passo agora a descrever um segundo testemunho do séc. XVII. Este encontra-se na Biblioteca Nacional de Madrid (mss. 2426), fazendo parte de um códice outrora pertencente à Biblioteca do Duque de Uceda<sup>2</sup>, encadernado em pergaminho verde, com ferros dourados e a representação das armas do duque. Neste códice encontram-se também cópias dos capítulos das crónicas de D. Dinis e de D. Afonso IV respeitantes a D. Isabel, escritos sobre os livros do Padre Waddingo e outros documentos, todos eles do séc. XVII (*Inventario general de Manuscritos*, pp. 378-379). A cópia com a narrativa da vida de D. Isabel ocupa os primeiros 40 fólios e deverá ter sido redigida por copista familiarizado com a língua castelhana, como denuncia a ortografia das palavras destacadas a negrito: «E aguisado pera *embiar* per mar, disse el Rey seu padre» (fl. 4r); «mas *embiarey* com vosco Infante D. James» (fl. 4v); «ella tinha consigo 5 donas *de la* Ordem de Sancta Clara» (fl. 22r); «nom se *atreberiam* a chegar aquelle ataúde: e que fora melhor ser soterrado aquell cuerpo em Évora» (fl. 29r). Ao longo de ambas as margens da cópia uma segunda mão foi escrevendo pequenas anotações que parafraseiam o conteúdo da narrativa. Observa-se ainda que o parágrafo final reproduz parte do remate escrito pelo notário Tomé Nunes, na cópia da BN de Lisboa. Este facto impõe que se estabeleça entre as duas cópias uma filiação directa. De resto, exceptuando as anotações à margem da cópia de Madrid o texto desta coincide com o da cópia de Lisboa, sobretudo na sua característica mais saliente, que é a atrás referida omissão de algumas linhas. Apesar das coincidências entre estas duas cópias, existe uma variante significativa no fim do primeiro parágrafo que merece reflexão. Vejamos a diferença de que falo, destacada a negrito:

<sup>2</sup> Testemunho referenciado em BITAGAP Manid 1431.

*Ms. BN Lisboa:* e passaram as cousas que se ao diante seguem. E assy como notorio a todos os de Portugal *sempre veeronse* os seus feitos, obras, e vida nom addendo, nem errando de verdade todo que se diz. (fl. 1115)

*Ms. BN Madrid:* e passaram as cousas que se a diante seguem. E assi como notorio a todos os de Portugal *scPueerõ* se os seus feitos obras e vida nom adendo nem errãdo de verdade todo que se diz. (fl. 1r)

É nítido que o copista do manuscrito de Lisboa fez no lugar assinalado uma má leitura da sequência paleográfica encontrada no testemunho quatrocentista que copiou: as primeiras três letras foram entendidas como abreviatura da palavra «sempre» e as restantes encaixaram-se na leitura «veeronse». O resultado foi uma expressão sem sentido, a que o copista do manuscrito de Madrid foi sensível. E como pôde este corrigir a lição da cópia seiscentista de Lisboa? Só entendo que o tenha podido fazer se tiver executado a sua cópia em Coimbra, onde facilmente poderia ter consultado os (pelo menos dois) testemunhos da narrativa da vida de D. Isabel que se guardavam no Mosteiro de Santa Clara.

O terceiro e complicado testemunho do séc. XVII é a transcrição feita (ou mandada fazer) por Frei Francisco Brandão, que se encontra impressa no «Apêndice» do vol. VI da *Monarquia Lusitana*, editado em 1672. O autor deu-lhe o seguinte título: *Relaçam da Vida da Gloriosa Santa Isabel rainha de Portugal*, acrescentando que foi «trasladada de um livro escrito de mão, que está no Convento de S. Clara de Coimbra». Descreveu igualmente este volume, imediatamente antes do começo da narrativa, no espaço que os outros testemunhos ocupam com o preâmbulo da mesma. Essa descrição diz o seguinte:

O autor da relação se não declara mas dela se colige que é muito antiga, e muito próxima à morte da Santa Rainha. No princípio do livro está pintada a imagem da Santa vestida com o hábito, cordão, manto e véu da Ordem de Santa Clara. Tem na mão direita um crucifixo, e na cabeça uma coroa de espinhos. Aos seus pés estão lançados uma coroa, e ceptro reais, com a letra seguinte: *Crux, et spinea corona Domini me, sceptrum, et corona mea.* (p. 495)

Que relação «muito antiga, e muito próxima à morte da Santa Rainha» terá Brandão copiado? Os testemunhos que hoje conhecemos são já reflexo de um texto acrescentado no final, pelo menos com a narrativa de dois milagres. O primeiro é reportado à era de 1420 e o segundo à de 1438 (ou seja, aos anos da encarnação de Cristo de 1382 e de 1400, respectivamente). O testemunho do séc. XV usado pelo copista de 1592 e pelo copista seiscentista do manuscrito da BN de Lisboa também integrava estas duas narrativas, como testemunhou António Vasconcelos, que o consultou<sup>3</sup>:

Até aqui [ao ponto em que começam as duas narrativas referidas] a escripta é toda corrente, sem indicação alguma de interrupção demorada, com a mesma calligraphia traçada pelo mesmo escrevente, os mesmos signaes, as mesmas tintas, etc. Seguem-

<sup>3</sup> Testemunho referenciado em BITAGAP Manid 1433.

se os dois primeiros destes §§, evidentemente escriptos ainda pelo mesmo punho, mas em calligraphia mais descurada, sem já haver o cuidado, até aqui sem excepção mantido, de escrever com côres distinctas as letras capitaes. Estes dois §§, que no manuscrito entram como capitulos, não são divididos na fórmula dos anteriores. (p. 265)

Se Brandão tiver seguido este manuscrito antigo, então foi com imprecisão que se referiu à sua antiguidade, porque ele não foi escrito pouco tempo depois da morte da Rainha, mas após o ano de 1400. Improvável é que tenha conhecido o original, de que nenhum outro autor nos fez chegar qualquer notícia. Por outro lado, Brandão afirma que o manuscrito que consultou tinha no início um retrato pintado da rainha, em hábito de freira clarissa. Ora, o testemunho que apresenta este retrato é o que foi escrito em 1592. O do séc. XV não integrava qualquer representação deste tipo, se não os vários autores que o descreveram tê-la-iam assinalado. Este último também não integrava o parágrafo final que se lê na cópia de Brandão, igual ao que o manuscrito do séc. XVI apresenta, em que se faz referência a um livro da vida de santa Isabel publicado pela confraria constituída em Coimbra para promover o culto da rainha. Terá sido então o manuscrito do séc. XVI que Brandão copiou? O cotejo dos textos mostra inúmeras variantes, sendo que em muitos destes lugares de diferença Brandão apresenta melhores leituras. Terá o autor corrigido alguns dos óbvios erros da cópia do séc. XVI? É, com efeito, possível que muitas variantes da transcrição de Brandão se devam à intervenção voluntária deste autor, ou de quem fez a cópia. Mas como interpretar algumas tão grandes diferenças entre a referida transcrição e a cópia de 1592, desde logo a começar pela ausência do prólogo na primeira? Vejamos alguns exemplos dessas diferenças, destacadas a negrito:

(A) *Cópia de 1592*

Pera se nom perder per tempo de memoria dos homens a vida que em este mundo fez a mui nobre senhora dona Jsabel per graça de Deos Rainha de purtugal e do algarue e o acabamento que ouue e as cousas que nosso senhor Jesu Christo em sã vida e depois seu saimento deste mundo per ella fez porem em tão o feito de sa vida está rezente e ha muitos homens e molheres dignos de creer que viram e passarõ as cousas que se adiante seguem e assi como notorio a todos os de purtugal screpueerõ se os seus feitos obras e vida nom adendo nem errãdo de verdade todo que se diz. (fl. 1r)

*Transcrição de Brandão*

Ø

(B) *Cópia de 1592*

E assy desto ouue hy estromento feito per Joham dominguez tabaliom de Coimbra em que assinaram aquelles que saber escreuiam [e]<sup>4</sup> aquell corpo aaqueel moymento trouxerom. (fl. 23r)

<sup>4</sup> Neste, como no exemplo seguinte, a conjunção coordenativa copulativa, entre parênteses rectos, é inserção minha, que visa facilitar a leitura do texto.

*Transcrição de Brandão*

E assi desto houue hi estromento feito per Ioão Domingues Tabaliom de Coimbra, em que assinarom aquelles que sabião escreuer [e] quel corpo a aquel moimento trouxerom. *Este estromento se fez per mandado do Bispo de Lamego.* (p. 526a)

(C) *Cópia de 1592*

e dom Sancho filho deste dom Affonso filho de dom Fernando e da Rainha dona costança filha desta Rainha a qual reynaua quando esta rainha acabou seu tempo. (fl. 18v)

*Transcrição de Brandão*

& D. Sancho filho deste Dom Affonso, Dom Fernando filho deste Dom Sancho, & da Rainha Dona Costança filha desta Rainha & D. Affonso filho deste Dom Fernão, o qual reinava quando esta Rainha acabou seu tempo. (p. 520a)

(D) *Cópia de 1592*

E vio a Rainha dona *Margarida* filha delRey dom affonso seu filho. (fl. 18r)

*Transcrição de Brandão*

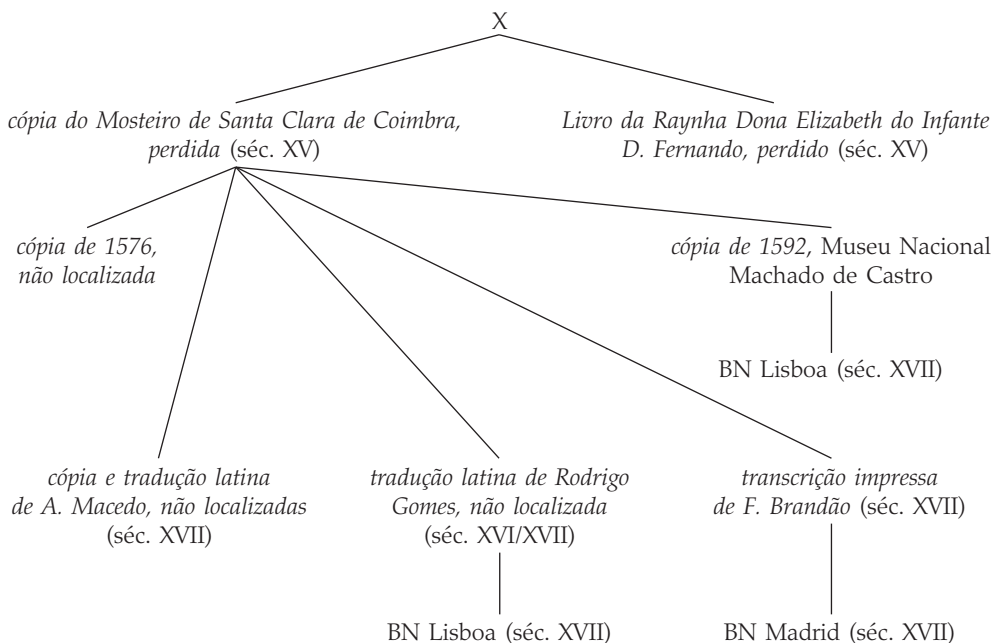
& vio a Rainha dona *Maria* filha delRey dom Affonso seu filho. (p. 519b)

Os exemplos (A) e (B) mostram divergências profundas entre as cópias. No primeiro caso, na cópia de Brandão, há uma grande omissão; no segundo, há um acrescento. E acrescentos e omissões ocorrem em diversas outras circunstâncias. Os exemplos (C) e (D) mostram lições ideologicamente correctas em Brandão.

Terá existido no Mosteiro de Santa Clara um outro testemunho antigo, além do quatrocentista já várias vezes referido, onde também estivesse pintado o retrato da rainha, que pudesse justificar tais diferenças? Parece-me improvável. Ressalve-se, contudo, que aquele que vários copistas usaram como fonte, e o académico António de Vasconcelos teve nas suas mãos, não foi o único testemunho medieval a transmitir a narrativa da vida de D. Isabel. É conhecido que D. Fernando (o Infante santo) possuiu um *Livro da Raynha Dona Elizabeth*, que por testamento deixou ao Mosteiro das Donas de S. Salvador de Lisboa.

Resta-me acrescentar que no ano de 1678 o padre jesuíta António Macedo enviou aos Bollandistas uma cópia em português e uma tradução latina da narrativa da vida e milagres de D. Isabel. Estes documentos (conjuntamente com outros, muito especialmente a tradução de Rodrigues Gomes) serviram de base para a edição desta narrativa nas *Acta Sanctorum*, como se afirma no comentário que a precede. Aqui também se lê que o académico eborense fez a sua cópia «ex vetusto autographo». Que manuscrito seria este? O que foi escrito no séc. XV, ou o que foi escrito em 1592? Assumirei que o vetusto autógrafo usado possa ter sido o mais antigo que se conservava no Mosteiro de Santa Clara.

Para concluir, os dados reunidos levam-me a construir a seguinte hipótese esquemática de relacionamento entre os vários testemunhos referidos, sobreviventes e perdidos (estes últimos assinalados a itálico), que formam no seu conjunto a história da tradição textual da narrativa da vida e milagres da rainha D. Isabel de Portugal:



## 2. AS EDIÇÕES

O Livro que fala da boa vida que fez a Rainha de Portugal, Dona Isabel, e de seus bons feitos e milagres em sa vida e depois da morte foi primeiramente editado por Francisco Brandão, em 1672 (edição tipográfica que comentei na secção anterior). O Livro foi seguidamente editado nas *Acta Sanctorum* (Julho, t. II), em 1721. Esta edição conta com um «*Commentarius praeuius*», já antes referido, que fala do culto e canonização de D. Isabel, bem como dos materiais relativos à narrativa da vida e milagres da rainha a que os editores tiveram acesso: a cópia enviada para Roma nos finais do séc. XVI, e respectiva tradução latina (ambas destinadas ao processo de canonização), a cópia e tradução executadas por António Macedo, o texto impresso de Francisco Brandão e a cópia de um conjunto de narrativas de milagres (hoje desaparecido), escrito a pedido do bispo de Coimbra em 1586. Os editores afirmam explicitamente ter dado preferência na sua edição aos documentos do séc. XVI, que confrontaram com a impressão de Brandão. No sentido de esclarecerem alguns passos do texto editado, introduziram um conjunto de anotações de natureza histórico-cultural e linguística, que se encontram no final de alguns dos capítulos em que a *Vita* foi dividida.

No séc. XX foram feitas duas edições, já anteriormente citadas. Começo por analisar a de José Joaquim Nunes, publicada em 1921. Na «Introdução» o filólogo recupera as observações feitas por Frederico Figanière acerca do manuscrito de 1592 e por A. Vasconcelos acerca deste mesmo testemunho e da cópia quatrocentista que lhe serviu de fonte<sup>5</sup>. Ao entrelaçar as citações retiradas dos estudos daqueles autores,

<sup>5</sup> As indicações bibliográficas completas dos estudos destes autores encontram-se na bibliografia.

José Joaquim Nunes procurou construir um retrato o mais completo possível daqueles testemunhos, que deduzo que não tenha chegado a conhecer pessoalmente. Porém, nem sempre assinalou devidamente as fronteiras daquelas citações, e também não indicou o lugar preciso de onde as retirou. Duas, que não consegui localizar na obra de Vasconcelos<sup>6</sup>, devem ter feito parte do conjunto de notas manuscritas daquele autor a que J. J. Nunes teve acesso e a que se refere na nota de pé de página do final da sua «Introdução»<sup>7</sup>. Este filólogo foi também pouco claro, se não mesmo contraditório, quanto ao que escreveu sobre a fonte que Francisco Brandão usou na sua transcrição. Na página 6 parece afirmar que tal fonte foi o testemunho do séc. XVI:

Provêm, pois, o escrito que o douto monge nos legou não do original primitivo, que parece ter desaparecido, mas de uma cópia, que se tirou doutra mais antiga, feita provavelmente sobre aquele, no séc. XV; ambos os apógrafos existiam ao tempo da visita de Figanière ao Mosteiro de Santa Clara de Coimbra, mas ele só viu o último, que realmente era o único que se achava no cartório, pois o que o precedera encontrava-se na casa do noviçado juntamente com outros agiologios e livros de devoção.

Mas na página 8 já não é isso que afirma, ao apontar como antecedente da transcrição de Brandão a cópia do séc. XV, descrita por A. Vasconcelos:

Vê-se, pois, que as deficiências, que na cópia de Brandão se encontram, existiam já naquela donde ele tirou a sua, a qual se reconhece ter sido «feita por escrevente pouco perito e cuidadoso...».

O facto de Nunes não ter contactado com o manuscrito do séc. XVI, como leva a crer a sua «Introdução», e também com os testemunhos do séc. XVII atrás referidos, impediu-o de alcançar uma melhor compreensão da natureza complexa da transcrição de Brandão, que editou criticamente. Tal circunstância também o impediu de ir além do que Figanière e A. Vasconcelos escreveram acerca dos testemunhos mais antigos que conheceram.

No que diz respeito aos critérios de edição, o que imediatamente salta à vista nos dias de hoje é a prática de reconstrução da língua do autor, que vigorou entre alguns filólogos dos finais do séc. XIX e começos do XX, e a que se opôs a filologia neolachmanniana. Com efeito, J. J. Nunes anuncia claramente na «Introdução» à

<sup>6</sup> O assunto a que se referem é o manuscrito do séc. XV, que se guardava no Mosteiro de Santa Clara de Coimbra e hoje se encontra perdido. Volto a reproduzi-las aqui (cf. p. 5 deste trabalho): «Compõe-se este –diz-nos o sr. Dr. Vasconcelos, que o viu e compulsou– de 24 fôlhas numeradas só na frente, em harmonia com o costume da época, as quais medem 0 m, 22 × 0 m, 18 e estão todas escritas, com excepção apenas de dois terços da primeira primeira página; os caracteres são góticos» (p. 7); «Na folha de guarda no principio lê-se em caligrafia do século XVI a seguinte inscrição: *Pera memoria he bom também guardar-se com o novo este antigo pois he o proprio de que se ele tresladou e se acabou em dezembro de 1592 annos*» (p. 7).

<sup>7</sup> A importância desta nota justifica que a cite aqui:

«Devo esta informação [sobre o título da narrativa dedicada à vida de D. Isabel] e tudo o mais que aqui digo e não consta do seu citado livro, D. Isabel de Aragão, à amabilidade do seu ilustre autor, a quem gostosamente faço pública a minha muita gratidão pelo valioso auxílio que se dignou dispensar-me, já prestando-me todos os esclarecimentos que lhe pedi, já confiando-me o seu exemplar da *Monarchia Lusiatana*, com as notas que tomara do apógrafo do séc. XV no curto espaço de tempo que o tivera em seu poder. Graças a isso, pude fazer ao texto vulgarizado por Brandão as, embora leves, alterações que neste meu se encontram e ajuntar algumas notas marginais que aquele omitiu, evidentemente por desnecessárias ou de somenos importância» (p. 14).

sua edição o propósito de restaurar a língua original, tendo nessa medida adoptado pontualmente formas distantes e de leitura difícil (como, por exemplo, na p. 24, «senço», em vez de «sento», primeira pessoa do singular, do presente do indicativo, do verbo sentir):

quanto a formas e respectiva ortografia contentei-me com dar a umas e outra o cunho próprio da época, servindo-me para isso do próprio texto [...] naquelas que se afastavam das adoptadas no século XIV segui o uso da época. (p. 11)

Este exercício de restauro linguístico foi feito sobre a cópia de Brandão, cujas lições textuais Nunes confrontou apenas com as do apógrafo do séc. XV, recolhidas por A. Vasconcelos nos seus apontamentos pessoais. É isto que deduzimos das uma vez mais pouco claras palavras do autor, que cito de seguida:

A minha tarefa, porém, se por um lado era fácil, visto como, apesar de algumas modernizações sofridas, a cópia feita no século XVI conserva muitos dos modismos e grafias primitivas –bastava apenas generalizar a estas e àqueles o que era particular de uns e outras– por outro passos havia em que, como disse, o sentido era ininteligível por reprodução inexacta do original primitivo; neste caso, desejando fazer desaparecer essas obscuridades, o único meio de que podia lançar mão era o estudo do próprio texto assim transmitido, pois que a versão latina apenas me dava a interpretação do seu autor, visto provir da mesma cópia defeituosa. Em consequência disso só por conjecturas podia proceder; no entanto, não querendo alterar o texto da *Monarchia Lusitana*, dei-o tal qual, apenas com alguma rara e leve divergência, e ainda, quando a isso me abalancei, não deixei de indicar em nota a lição da cópia de Santa Clara. (p. 10)

Só posso admitir que a «cópia feita no séc. XVI» a que o filólogo se refere no início desta citação seja o texto transmitido pela transcrição de F. Brandão e não o texto escrito em 1592, pois este não foi usado na edição. A versão latina referida é a que se encontra publicada nas *Acta Sanctorum* (Julho, II, 1721), e a «cópia de Santa Clara» é certamente a cópia do séc. XV, que pertenceu a este Mosteiro.

Sem deixar de ter em conta as imprecisões a que acabei de me referir, creio, contudo, que merece ser realçado o facto de a edição de J. J. Nunes continuar a ser de consulta imprescindível. Desde logo pelas úteis e abundantes explicações de carácter linguístico (nomeadamente ao nível lexical e gramatical) e pelas frequentes paráfrases de segmentos de leitura difícil. Também pelas explicações atentas de carácter histórico-cultural. Refiro-me, por exemplo, aos esclarecimentos sobre topónimos e sobre a identidade dos reis, rainhas, príncipes e princesas, mencionados no texto. Preocupando-se particularmente com este último aspecto, essencial para uma boa compreensão do texto, J. J. Nunes forneceu igualmente ao leitor um quadro genealógico que correlaciona as diferentes figuras da realeza aragonesa, castelhana e portuguesa, referidas na história da vida da rainha D. Isabel. Alguns dos factos históricos aqui narrados mereceram também a atenção do filólogo, como mostram várias notas da sua edição.

As correcções feitas no texto são adequadas, esclarecedoras do sentido do mesmo, e encontram-se devidamente assinaladas. São também registadas algumas variantes do manuscrito do séc. XV (três das quais nenhum dos testemunhos sobreviventes apresenta), bem como os comentários, em português e em latim, que diferentes mãos escreveram nas margens deste.

No que diz respeito à edição de Maria Isabel Montes, datada de 1999, o seu contributo principal foi o de valorizar o testemunho mais antigo sobrevivente da narrativa da vida da rainha D. Isabel, seleccionando-o para texto base da sua edição crítica. A sua escolha (não justificada) parece ser a mais adequada, dadas as características (atrás referidas) da tradição em que o referido testemunho se insere. É particularmente útil a fotocópia que a autora fornece dos 29 fólios do manuscrito editado.

A sua edição apresenta contudo uma série de problemas, que a transformam num instrumento de uso limitado. Referirei de seguida alguns deles.

1. O estudo que precede a edição ressent-se de alguma dispersão temática, acabando por não se concentrar em aspectos essenciais como sejam a intencionalidade da escrita do *Livro que fala da boa vida que fez a Rainha de Portugal, Dona Isabel*, as características da estrutura narrativa e do contexto histórico-social, religioso e literário em que surgiu.
2. A secção dedicada à tradição textual do referido *Livro* ignora os testemunhos manuscritos seiscentistas, o que constitui desde logo uma limitação para percepção da história daquela tradição; desenvolve com pouca clareza a problematização das relações do manuscrito de 1592 com a cópia de Brandão; e mostra um entendimento confuso da natureza do texto que J. J. Nunes editou.
3. Os critérios editoriais, por um lado, não cobrem todos os elementos da edição crítica, como sejam, por exemplo, a construção do aparato, o tratamento das palavras ou frases escritas nas margens, a representação das letras capitais, os acrescentos e as supressões, e, por outro, apresentam alguns pontos discutíveis. Destaco dois que se reflectem negativamente na leitura do texto: a manutenção da pontuação do manuscrito e a resolução apenas de erros mecânicos (embora muito pontualmente sejam corrigidos alguns que não o são).
4. A edição crítica, ressentindo-se da aplicação de critérios pouco facilitadores da leitura e interpretação do texto, ou da ausência de critérios, revela ainda outras deficiências:
  - 4.1. No plano da leitura paleográfica, repetidas vezes o traço desenhado horizontalmente por cima do y não foi interpretado no seu valor expletivo, mas como marca de nasalidade, o que originou soluções bizarras: «alym» (em vez de «aly») e «hynr» (em vez de «hyr»). A mesma abreviatura nem sempre foi desenvolvida da mesma maneira: na p. 77 (linhas 20 e 25), vemos que a vogal nasal da palavra «côvosco» foi transcrita numa ocorrência por vogal seguida de *m* («comvosco») e noutra por vogal seguida de *n* («convosco»). E os erros do copista decorrentes da má leitura paleográfica feita por este não foram assinalados e explicados. Vejamos um primeiro exemplo: «E em nom podia casar com o filho del-rrey de Ingraterra» (p. 75, linha 34). Neste caso estamos muito provavelmente perante uma má leitura da abreviatura da palavra «como». O copista confundiu *c* com *e*, para o que terá talvez contribuído a ausência ou imperceptibilidade do traço horizontal de abreviatura. A editora, de acordo com os seus critérios, não resolveu o problema. Já num outro caso agiu diferentemente, socorrendo-se de uma forma fornecida pela

transcrição de Brandão (aliás, incorrectamente anotada no aparato). Não comentou, contudo, a relação desta forma com a lição do manuscrito-base, o que se justificaria. Vejamos o exemplo: «e que/<sup>4</sup> *the acorressedes*, e o acorrimento fosse este: que *fizesse*-<sup>5</sup>*des* por ella per hum clerigo casto dizer per hūu anno de/<sup>6</sup> cada dia missa» (p. 79, linhas 4-6). Nos lugares destacados o manuscrito quinhentista apresenta a seguintes lições: *the acorresse dš e fizes-sedš*. Ora, não é claro que o copista tivesse interpretado bem, pelo menos no primeiro caso, a abreviatura da terminação verbal, encontrada na cópia quatrocentista que usou. É de admitir que, pelo menos numa primeira instância, a tenha confundido com a abreviatura da palavra Deus, que aparece desenhada da mesma forma em muitos lugares do manuscrito. Se assim não fosse porque teria deixado de apresentar a primeira forma verbal como uma unidade gráfica? A segunda forma aparece em contexto de translineação, assinalada com um pequeno traço horizontal. Neste caso, é possível que o copista (talvez também o que o antecedeu) tenha tido a percepção de que estava a lidar com uma palavra única. Seja como for, o assunto merece, como se vê, alguma atenção.

- 4.2. No aparato, nota-se a ausência de explicações de carácter codicológico, linguístico, histórico-cultural, que esclareçam ou aprofundem o sentido do texto. Pontualmente, na p. 76, n. 5 é citada uma conjectura interpretativa de Nunes. Dada a sua limitada relevância, creio que poderia ter sido omitida. No que diz respeito ao registo de variantes, acontece por vezes a repetição desnecessária da lição do manuscrito-base. A ortografia restaurada de Nunes é estranhamente abrangida pelo conceito de variante.

Pelo que atrás fica exposto, creio que permanece em aberto o espaço para uma nova edição, em papel ou electrónica, do Livro que fala da boa vida que fez a Rainha de Portugal, Dona Isabel, e de seus bons feitos e milagres em sa vida e depois da morte. Permanece também a esperança de que um dia reapareça o manuscrito do séc. XV, que outrora se guardou no Mosteiro de santa Clara de Coimbra. Este contribuiria certamente para esclarecer muitas dúvidas sobre a transmissão textual do Livro que se escreveu em homenagem à rainha D. Isabel.

## BIBLIOGRAFIA

- Bibliografia de Textos Antigos Galegos e Portugueses*, organizada por Arthur L.-F. Askins, Harvey Sharrer, Aida Fernanda Dias e Martha Schaffer (<http://sunsite.berkeley.edu/Philobibliion/BITAGAP>).
- «De sancta Elisabetha, Lusitaniae Regina, vidua, tertii ordinis S. Francisci», en *Acta Sanctorum Julii*, a Conrado Janningo, Joanne Bapt. Sollerio, Joanne Plínio e Societate Jesu presbyteris theologis, t. II, Antuerpiae, *apud* Jacobum du Moulin, 1721, pp. 169-213.
- Figanière, Frederico Francisco de la: «D. Isabel de Aragão, a rainha santa», en *Memórias das rainhas de Portugal. D. Theresa a Santa Isabel*, Lisboa, Typographia Universal, 1859, pp. 257-261.
- Inventário. Secção XIII – Manuscriptos* (1896), Lisboa, Bibliotheca Nacional de Lisboa.
- Inventario general de Manuscritos* (1963), Madrid, pp. 378-379.

- Montes, Maria Isabel: *Vida e milagres de D. Isabel rainha de Portugal*, edição e estudo, dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 1999.
- Nunes, José Joaquim: *Vida e milagres de D. Isabel rainha de Portugal*, texto do séc. XIV, restituído á sua presumível forma primitiva e acompanhado de notas explicativas, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921.
- Vasconcelos, António Ribeiro (1894), *Evolução do culto de D. Isabel de Aragão, esposa do rei-lavrador, dom Dinís de Portugal (a rainha santa)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2 volumes.